

## A Economia Social de Mercado na União Europeia

95

JOSÉ A. SILVA PENEDA

**A** ideia central do conceito de Economia Social de Mercado é a existência de uma clara complementaridade entre os mecanismos do mercado livre e a equidade social. Ou seja, a Economia Social de Mercado pressupõe não só uma dimensão material, ou econômica, mas também uma outra não menos importante designada de social ou humana. Assim, o conceito de Economia Social de Mercado se, por um lado, abrange a preocupação do combate às desigualdades sociais, através da criação de condições para uma igualdade de oportunidades, por outro, preocupa-se com a ineficiência no que diz respeito à alocação de recursos e, nesse sentido, promove uma sã concorrência entre os diferentes agentes econômicos.

A Economia Social de Mercado não pressupõe nem a centralização da atividade econômica, nem a total desregulamentação do mercado sem qualquer tipo de redistribuição do rendimento. De fato, no conceito de Economia Social de Mercado, equidade e eficiência não são vistas como alternativas, mas sim como complementares e interdependentes.

Todos sabemos que os mecanismos de mercado funcionam com base no equilíbrio entre a oferta e a procura que por sua vez determinam os preços. Neste contexto, o Estado deve criar um enquadramento regulamentar que garanta a concorrência e que facilite o investimento privado bem como a inovação e o aproveitamento de oportunidades de negócio. Por outro lado, e como complemento essencial ao princípio do livre mercado, o conceito de Economia Social de Mercado compreende um segundo princípio, o da equidade social.

Há assim que encontrar um equilíbrio entre um princípio e outro. Este equilíbrio é procurado através de políticas ativas, tanto em nível social como de emprego, que devem motivar ativamente as pessoas a procurarem oportunidades de emprego e, por outro lado, devem propiciar um rendimento digno àquelas que, de fato, não podem trabalhar.

A noção de Economia Social de Mercado está intimamente associada ao processo de integração econômica e política que representa o projeto europeu. A noção de Economia Social de Mercado faz assim parte do “sonho” transformado em vontade política, que começou com a busca duma paz duradoura para a Europa.

Mas não foi só a paz que durante este meio século se consolidou no espaço que hoje compõe a União Europeia. Há que colocar no ativo do projecto outros aspectos, também importantes, que resultam do fato dessa paz não ter sido conseguida e conquistada pelas armas, mas, como disse Francisco Lucas Pires: “...por uma atitude de vontade e de inteligência e não como produto de simples necessidade ou automatismo”. Desde logo, a paz vivida durante os últimos 50 anos foi acompanhada por aumentos notáveis de prosperidade, concretizados em liberdade, em democracia, em solidariedade e no respeito pelos direitos humanos. O conceito de Economia Social de Mercado foi fundamental para que todos estes “sonhos” se tornassem realidade.

Depois – talvez o mais importante – o fato de o projeto da União Europeia ter sido desenvolvido numa grande diversidade de interesses e de formas de estar, e de ter sabido conjugar as diferentes matizes que o compõe numa matriz de valores que estão na sua origem. A constatação da presença do conceito de Estado-Nação, a par com os valores comuns associados a liberdade, democracia, respeito pelos direitos humanos, solidariedade, coesão social e regional e igualdade de todos perante a lei, torna-se muito evidente quando se comparam os modelos sociais dos diferentes Estados-membros da União Europeia. Com efeito, o Modelo Social Europeu é, simultaneamente, uma unidade em torno desses valores, mas é também uma diversidade na forma como esses valores são aplicados, através dos diferentes sistemas de proteção social que se foram desenvolvendo, de acordo com as distintas tradições e culturas de cada Estado-membro ou até, de cada região, dentro do mesmo Estado. Foram esses valores que estiveram na base dessa extraordinária força que fez com que a União Europeia se tenha transformado num continente onde se desenvolveram processos, não só de integração econômica, mas também de integração política e social, fato que não tem paralelo, nem noutra parte do mundo, nem em qualquer outra época da história da humanidade.

Foram também esses valores que alimentaram a forte força aglutinadora que fez com que a União Europeia passasse a ser composta, primeiro por seis, depois por dez, por doze, por quinze, vinte e cinco e, agora, por vinte e sete Estados. Foram ainda esses valores, que possibilitaram, mais recentemente, a livre integração no perímetro europeu de milhões de cidadãos, até há bem pouco tempo subjugados ao totalitarismo comunista. Por todas estas razões, a história da União Europeia nos últimos 50 anos é uma história bem-sucedida. O “sonho” da partilha da soberania, que começou a gestão comum dos instrumentos que tinham feito a guerra – o carvão e o aço – e com o tempo foi se espalhando a outras áreas, tem sido muito ambicioso, qual utopia, que se fez e continua a fazer realidade. Também aqui o conceito de Economia Social de Mercado foi determinante.

Poucos lugares no mundo podem proporcionar ao ser humano retirar todas as consequências da sua condição de ser livre como acontece no espaço da União Europeia. Neste espaço há um conceito de liberdade que não é compatível com uma visão do homem isolado. Seja isolado, porque diluído numa massa aglutinada própria de sociedades totalitárias, seja isolado, porque vivendo numa sociedade de total liberalismo capitalista, onde as relações de interdependência só se estabelecem por razões meramente econômicas. Em ambos os tipos de sociedades referidas escasseia aquilo que é a componente essencial ao ser humano: a capacidade afetiva, o poder dar e o poder receber afetos e, muitas vezes, o mais importante nem sequer é o dar ou receber mas, simplesmente, o poder senti-los. E, sem poder exercer essa capacidade, ou sequer senti-la, não pode haver lugar à responsabilidade, nem à liberdade e muito menos à felicidade. A Europa tem cultivado como que um ideal de homem médio que recusa tanto a escravização como a sua deificação, os extremos da miséria e os extremos da riqueza que, no entanto, não repugnam tanto a outras civilizações.

Em todo este percurso a noção de Economia Social de Mercado, com mais ou menos oscilações, esteve sempre presente porque pressupõe a existência de uma sociedade onde a pessoa humana viva em total liberdade, uma liberdade que encontra os seus limites no conceito de justiça e, por isso, a Economia Social de Mercado não pode conviver nem com uma sociedade onde haja liberdade sem justiça, nem com uma sociedade onde haja justiça sem liberdade. Só é livre quem vive numa sociedade de paz, de prosperidade, em democracia, onde impere a igualdade de todos perante a lei, no respeito pelo Estado de Direito e pelos direitos humanos, onde todos possam se beneficiar de uma verdadeira igualdade de oportunidades, com acesso a educação,

formação e emprego. A solidariedade é um pilar fundamental numa sociedade onde vigore uma Economia Social de Mercado, o que significa que a organização dos poderes públicos tem de prever e desenvolver sistemas públicos, privados ou mistos de proteção perante as vicissitudes adversas da vida como sejam a doença, a velhice, o desemprego, a invalidez ou a morte.

Nos documentos de orientação mais importantes da política europeia como é o caso, por exemplo, da Estratégia de Lisboa, é bem patente a valorização do conceito de Economia Social de Mercado, pois é muito clara a preocupação de conciliar a busca de condições para um maior crescimento económico, com os aspectos sociais e, também, ambientais. Na Estratégia de Lisboa recusa-se um crescimento económico a qualquer preço. Na Estratégia de Lisboa recusa-se uma visão puramente liberal da economia. Na Estratégia de Lisboa afirma-se a necessidade da intervenção pública, através de mecanismos de regulação e controle. Na Estratégia de Lisboa a política social não é vista como um custo, mas sim como um fator que pode influenciar de forma positiva o aumento da produtividade e da competitividade e, por essa via, da dinamização da economia.

Mas se nos últimos 60 anos a Europa foi indiscutivelmente, e a muitos títulos, uma história de paz, de sucesso e de prosperidade assente num conjunto de princípios e valores que enformaram um modelo social e uma Economia Social de Mercado, a realidade dos nossos dias mostra que todo esse passado não evita o pairar de uma espécie de ameaça, através da qual se vai percepcionando que muita coisa de trágico pode vir a acontecer, seja no nível da manutenção dos empregos, seja no nível de um possível desmantelamento dos próprios sistemas de proteção social.

A evolução demográfica e a globalização são as duas causas mais importantes que vieram contribuir para perturbar o equilíbrio até aqui vigente. A evolução demográfica no continente europeu veio provocar alterações substanciais em muitos aspectos, entre os quais aqueles que irão afetar a concepção de políticas públicas, nomeadamente as que se referem às políticas fiscais, da segurança social, de imigração, do ordenamento do território, do ambiente, da educação, da cultura, das relações laborais, da família, dos tempos livres e do lazer.

Por outro lado, a globalização tem levado à reestruturação de quase todos os setores da economia, e de profundas modificações nos mercados de trabalho e nas relações sociais, tudo com o objetivo de busca de maiores níveis de competitividade. Definitivamente, a globalização não é um assunto da economia. A este respeito, cito o prémio Nobel Joseph Stiglitz: “O debate sobre

a globalização tornou-se tão intenso, não só por causa do bem-estar econômico, mas também por causa da própria natureza da nossa sociedade, mesmo porque talvez esteja em causa a própria sobrevivência dessa sociedade tal como a conhecemos até aqui”.

O Modelo Social Europeu não é intocável e, perante as mudanças que se operam por todo o lado, esse modelo não poderia ficar à margem dessas mudanças. A questão fundamental é saber se a Europa tem capacidade para gerir e controlar essas mudanças, adaptando o Modelo Social Europeu a uma nova realidade, preservando contudo os valores que são a sua essência. É certo que a União Europeia não pode deixar de ser competitiva perante o mundo. E para que tal seja possível há que encetar, no seu seio, reformas de diversa natureza, a começar pela alteração de comportamentos e atitudes por parte de empresas e de trabalhadores, no sentido de fomentar os níveis de confiança entre as partes.

É muito importante e urgente que, neste tipo de relações, uma cultura baseada na cooperação ocupe progressivamente o espaço da cultura que tem sido a dominante e que se baseia no conflito. Esse caminho será tanto mais fácil de percorrer, quanto maior for o nível de confiança mútua. Ora, os níveis de confiança serão tanto mais elevados, quanto mais intensificado for o diálogo social. E, quanto mais intenso for o diálogo social, maior transparência existirá nas decisões relacionadas com processos de ajustamento ou de reestruturação. Daí que os agentes políticos europeus não podem, nas atuais circunstâncias, deixar de refletir na necessidade de rever e modernizar os mecanismos legais que se referem aos processos de consulta e participação dos trabalhadores, no sentido de se vir a obter um enquadramento legal que promova a articulação do diálogo social, não só em nível dos Estados-membros, mas também em nível europeu.

Numa época onde as mudanças se sucedem a um ritmo que nunca foi experimentado noutra época da história, há que, por todos os meios, tentar minimizar os riscos que lhes estão associados. A forma mais direta de os minorar é através da promoção de mais segurança na mudança, porque quanto mais risco houver, mais segurança há que garantir. A segurança tem de preceder a flexibilidade, pois só quem está seguro de si e das condições que o rodeia é que pode ser mais flexível.

Mas será em nível externo que o papel da União Europeia poderá ser mais determinante, especialmente na forma como se posicionar face a questões decisivas que se irão desenvolver num quadro previsível onde Brasil, Rússia, Índia e China irão representar papéis fundamentais nos próximos

anos. O conjunto destes países representará, nos próximos vinte anos, mais de metade da economia mundial. A paz social nesses países só poderá ser assegurada se as futuras potências mundiais dominantes puderem garantir o cumprimento dos direitos humanos e o exercício das liberdades fundamentais, ao mesmo tempo que a integração dos mercados se for operando.

Neste contexto, a Europa não pode apenas limitar-se a assistir. Pelo contrário, deve assumir como uma das suas grandes prioridades a contribuição para a busca de plataformas de equilíbrio social nas futuras grandes potências mundiais. Esta será porventura a tarefa mais nobre que a Europa pode desempenhar e a que mais pode vir a contribuir para a paz no mundo.

**José A. Silva Peneda** é bacharel em Ciências Económicas e formado em Administração do Desenvolvimento (Institute of Social Studies, Haia). Técnico (1972-1974), secretário (1974-1978) e encarregado de gestão (1978-1979) da Comissão de Planeamento da Região Norte. Vice-Presidente (1981-1985) e Presidente (1994-1996) da Comissão de Coordenação da Região Norte. Deputado da Assembléia da República (1985-1987, 1987-1991 e 1991-1994). Ministro do Emprego e Seguridade Social (1987-1993). Membro do Conselho Nacional do PSD (1985-1995).

## Publicações anteriores dos *Cadernos Adenauer*



**O mundo 20 anos após a queda do Muro (n. 2, 2009)**

**Migração e políticas sociais (n.1, 2009)**

**Segurança pública (n. 4, 2008)**

**Governança global (n. 3, 2008)**

**Política local e as eleições de 2008 (n. 2, 2008)**

**20 anos da Constituição Cidadã (n. 1, 2008)**

**A mídia entre regulamentação e concentração (n. 4, 2007)**

**Partidos políticos: quatro continentes (n. 3, 2007)**

**Geração futuro (n. 2, 2007)**

**União Europeia e Mercosul: dois momentos especiais da integração regional (n. 1, 2007)**

**Promessas e esperanças: Eleições na América Latina 2006 (n. 4, 2006)**

**Brasil: o que resta fazer? (n. 3, 2006)**

**Educação e pobreza na América Latina (n. 2, 2006)**

**China por toda parte (n. 1, 2006)**

**Energia: da crise aos conflitos? (n. 4, 2005)**

**Desarmamento, segurança pública e cultura da paz (n. 03, 2005)**

**Reforma política: agora vai? (n. 02, 2005)**

**Reformas na Onu (n. 01, 2005)**

**Liberdade Religiosa em questão (n. 04, 2004)**

**Revolução no Campo (n. 03, 2004)**

**Neopopulismo na América Latina (n. 02, 2004)**

**Avanços nas Prefeituras: novos caminhos da democracia** (n. 01, 2004)

**Mundo virtual** (n. 06, 2003)

**Os intelectuais e a política na América Latina** (n. 05, 2003)

**Experiências asiáticas: modelo para o Brasil?** (n. 04, 2003)

**Segurança cidadã e polícia na democracia** (n. 03, 2003)

**Reformas das políticas econômicas: experiências e alternativas** (n. 02, 2003)

**Eleições e partidos** (n. 01, 2003)

**O Terceiro Poder em crise: impasses e saídas** (n. 06, 2002)

**O Nordeste à procura da sustentabilidade** (n. 05, 2002)

**Dilemas da Dívida** (n. 04, 2002)

**Ano eleitoral: tempo para balanço** (n. 03, 2002)

**Sindicalismo e relações trabalhistas** (n. 02, 2002)

**Bioética** (n. 01, 2002)

**As caras da juventude** (n. 06, 2001)

**Segurança e soberania** (n. 05, 2001)

**Amazônia: avança o Brasil?** (n. 04, 2001)

**Burocracia e Reforma do Estado** (n. 03, 2001)

**União Européia: transtornos e alcance da integração regional** (n. 02, 2001)

**A violência do cotidiano** (n. 01, 2001)

**Os custos da corrupção** (n. 10, 2000)

**Fé, vida e participação** (n. 09, 2000)

**Biotecnologia em discussão** (n. 08, 2000)

**Política externa na América do Sul** (n. 07, 2000)

**Universidade: panorama e perspectivas** (n. 06, 2000)

**A Rússia no início da era Putin** (n. 05, 2000)

**Os municípios e as eleições de 2000** (n. 04, 2000)

**Acesso à justiça e cidadania** (n. 03, 2000)

**O Brasil no cenário internacional** (n. 02, 2000)

**Pobreza e política social** (n. 01, 2000)

Para assinar ou adquirir os Cadernos Adenauer, acesse:

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)